

FUNDEB



INTRODUÇÃO

MCASP

Lei 14.113/2020

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), instituído nos termos do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 53/2006, encontra-se regulamentado pela ~~Lei nº 11.494/2007~~ ^{REVOGADA} e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), vigente em 1988 a 2006.

Com vigência estabelecida para o período de 2007 – 2020, o Fundeb, caracterizado como fundo especial de natureza contábil, de âmbito estadual¹ (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), teve sua implantação iniciada em 1º de janeiro de 2007 e concluída em 2009, destina-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração. ~~PARTICULAR~~

FUNDEB

- FUNDO ESPECIAL DE NATUREZA CONTÁBIL
- ÂMBITO ESTADUAL → 27 FUNDOS
- ↳ DESTINA-SE → MANUTENÇÃO / DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA
 - VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

INCLUINDO REMUNERAÇÃO



RECURSOS DO FUNDEB

Para cumprir a sua finalidade, o Fundeb de cada estado conta com recursos provenientes dos impostos e das transferências do estado e de seus municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal, bem como de complementação financeira de responsabilidade da União.

Os estados, o Distrito Federal e os municípios contribuem para a composição do Fundeb no montante equivalente ao percentual de 20% das receitas dos seguintes impostos e transferências constitucionais e legais:

- COTA PARTE**
- a. Fundo de Participação dos Estados – FPE.
 - b. Fundo de Participação dos Municípios – FPM.
 - c. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.
 - d. Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPI Exportação.
- ESTADOS
DE
MUNICÍPIOS** → **20%**

RECURSOS:

**FUNDEB
DE CADA
ESTADO**

→ **IMPOSTOS + TRANSFERÊNCIAS
DOS ESTADOS E DE SEUS MUNICÍPIOS**

→ **COMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA → UNIÃO**



- e. Desoneração das Exportações (Lei Complementar nº 87/1996).
- f. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD.
- g. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.
- h. Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural – ITR devida aos municípios.
- i. Receita da dívida ativa tributária, juros e multas relativas aos impostos acima relacionados

FUNDEB NÃO INCLUI
O IPTU

Na dinâmica do Fundeb há dois cenários em que os entes podem se encontrar quanto a transferência de recursos: o relacionamento direto com o fundo, com o envio e recepção de recursos; e a recepção de recursos direto da União como complementação.

Assim, no primeiro cenário, de um lado, os entes procedem à contribuição para formação do fundo (no caso dos estados e municípios, 20% dos impostos e transferências) e, de outro, registram a receita proveniente do fundo (valor recebido de acordo com o nº de alunos matriculados). Além disso, o percentual das transferências constitucionais será retido e enviado ao Fundeb diretamente pelo ente que executa o papel transferidor, ou seja, a União e os Estados. Dessa forma, é imprescindível que as informações sobre os valores transferidos contemplem os valores brutos, para a correta contabilização pelos entes recebedores.

→ VALORES BRUTOS



No segundo cenário, a União complementarará os recursos sempre que, no Distrito Federal e em cada estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, conforme o inciso V do art. 60 do ADCT. Esse mínimo corresponde à média nacional de todos os recursos do fundo divididos pelo número total de alunos. A diferença entre a média e o valor que ficou abaixo do mínimo é complementada pela União diretamente ao ente, sem trânsito pelo fundo, até que todos os estados e o DF atinjam o valor dessa média. Apesar de servir como parâmetro para determinar se deve haver complementação ou não para o estado, nem sempre corresponde ao valor que será efetivamente complementado, visto que a legislação determina como valor mínimo de complementação de Fundeb o correspondente a 10% do total dos recursos compulsoriamente aportados pelos governos estaduais e municipais ao fundo. Assim, é possível que alguns estados venham a ser contemplados com um valor de complementação maior do que a diferença entre a média nacional e o valor aplicado em sua jurisdição por aluno.



Composição do Fundeb (2010-2020)		
Estados e DF	20% da arrecadação dos seguintes impostos e transferências recebidas	ITCMD IPVA ICMS Desoneração das Exportações FPE Cota-parte do IPI Exportação
Municípios	20% das seguintes transferências recebidas	Desoneração das Exportações FPM Cota-parte do IPI Exportação Cota-parte do ICMS Cota-parte do IPVA Cota-parte do ITR
União	10%, no mínimo, do total dos recursos de impostos e transferências destinados ao fundo	

A regulamentação do Fundeb dispõe que os recursos deverão ser aplicados na forma do art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) , de forma que pelo menos 60% seja direcionado ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica de responsabilidade do respectivo ente governamental, e o restante (de até 40%) seja aplicado em outras ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica, sendo vedada sua utilização nas despesas citadas em seu art. 71. Para controle dos percentuais legais, sugere-se a utilização do mecanismo de fonte/destinação de recursos, com o detalhamento suficiente.

Outra particularidade estabelecida pelo regramento do Fundeb diz respeito à utilização dos recursos do fundo, que devem ser totalmente utilizados durante o exercício em que forem creditados. Admite-se, porém, que eventual saldo não comprometido, de até 5% do valor total repassado no exercício, seja utilizado no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. Para maiores detalhes sobre a contabilização orçamentária, consulte a Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO) deste Manual.



CONTABILIZAÇÃO DO FUNDEB

Contabilização dos Impostos e Transferências que Compõem a base de Cálculo do Fundeb

As receitas que compõem a base de cálculo do Fundeb (impostos e transferências constitucionais e legais) deverão ser registradas contabilmente pelos seus valores brutos (não líquidos dos valores destinados ao Fundeb), de acordo com o disposto no Capítulo sobre Transações Sem Contraprestação, da Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais deste manual.



Contabilização das Transferências ao Fundeb

Os fundos têm como agente financeiro o Banco do Brasil. Isso implica que os recursos transferidos ao fundo não ficarão contabilizados na contabilidade do estado, na forma de caixa ou equivalente de caixa ou qualquer outro direito, e sim em uma conta bancária específica de cada estado junto à instituição financeira.

Os valores destinados à formação do Fundeb pelos estados, Distrito Federal e municípios deverão ser registrados patrimonialmente como variação patrimonial diminutiva (VPD) e orçamentariamente como dedução da receita orçamentária realizada. A operacionalização das deduções das receitas orçamentárias é descrita no Capítulo 3 – Receita Orçamentária da Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO) deste Manual.

- OS RECURSOS DO FUNDEB NÃO FICAM NA CONTA ÚNICA DOS ESTADOS

-



As variações patrimoniais referentes às transferências concedidas ao Fundeb e transacionadas diretamente com o fundo devem ser classificadas como **“Inter OFSS – Estado”**, independentemente de quem seja o ente transferidor. No momento da consolidação das contas nacionais, será excluído o valor registrado nas contas “3.5.2.2.4.XX.XX – Transferências ao Fundeb – Inter OFSS - Estado”, tendo em vista tratar-se de operações que não envolvem agentes externos ao setor público nacional, conforme estabelecido na Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público deste manual.

Destaca-se que os lançamentos a seguir foram realizados conforme o nível de padronização definido no **PCASP** Federação, e que representam a contabilização no ente que **aporta recursos ao Fundeb**.

Lançamentos:

PCASP 7 NÍVEIS
8 CLASSES
9 DÍGITOS

Transferência dos estados, DF ou municípios ao Fundeb Natureza de informação: **patrimonial**

V.P.D D **3**.5.2.2.4.xx.xx Transferências ao Fundeb – Inter OFSS – Estado

AC C **1**.1.1.1.1.xx.xx **Caixa** e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional – Consolidação (F)

Transferência dos estados, DF ou municípios ao Fundeb Natureza de informação: orçamentária

D 6.2.1.3.x.xx.xx (-) Deduções da Receita Orçamentária

C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

A natureza de receita deduzida reflete a receita originalmente arrecadada.

Transferência dos estados, DF ou municípios ao Fundeb Natureza da informação: controle

D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

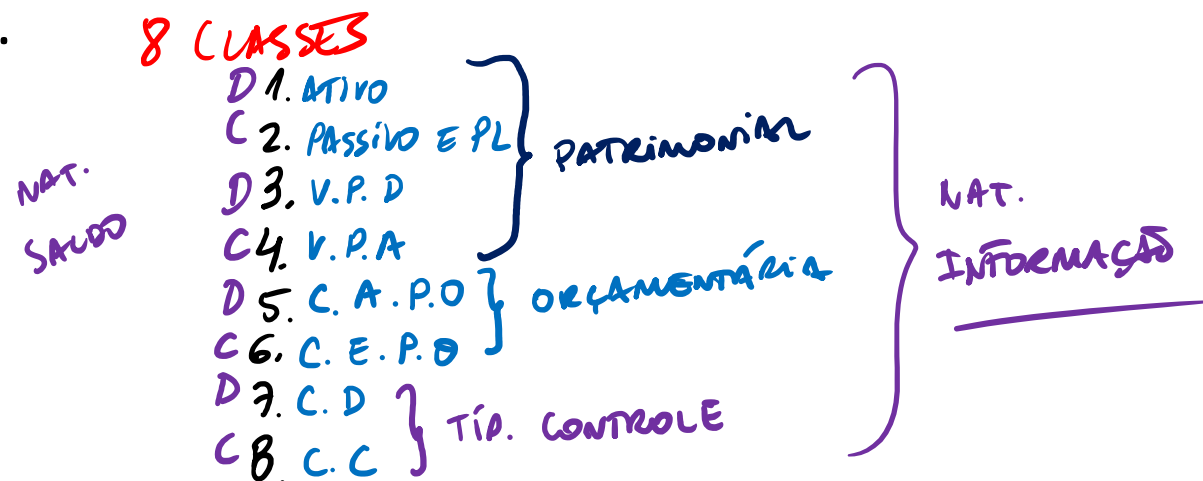
C 8.2.1.1.4.xx.xx DDR Utilizada

A transferência da complementação da União, deverá ser realizada por meio de despesa orçamentária. Ressalta-se que, neste caso, a transferência é realizada diretamente ao ente público (DF ou estados), sem trânsito pelo fundo.

Contabilização dos Recursos Recebidos do Fundeb

As variações patrimoniais referentes às transferências recebidas relacionadas ao Fundeb e transacionadas diretamente com o fundo devem ser classificadas como “Inter OFSS – Estado”, ainda que o ente recebedor seja um estado. Para fins de consolidação das contas nacionais, é necessário excluir as contas “4.5.2.2.4.XX.XX - Transferência do Fundeb – Inter OFSS - Estado” para serem eliminadas duplicidades, conforme estabelecido na Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público deste manual.

Por outro lado, as VPA referentes às transferências recebidas da União a título de complementação do Fundeb devem ser classificadas como “4.5.2.2.3.xx.xx – Transferências do Fundeb – Inter OFSS – União”, visto que se tratam de transferências diretas, sem trânsito pela conta do Fundeb.



Ressalte-se que todos os recursos recebidos do fundo devem ser controlados separadamente por fonte/destinação de recursos ou detalhamento da natureza de receita, de acordo com a origem dos recursos, para identificar os gastos que a legislação determina que sejam realizados com educação. Destaca-se que os lançamentos a seguir foram realizados conforme o nível de padronização definido no PCASP Federação, e que representam a contabilização no ente que recebe recursos do Fundeb, bem como complementação da União de mesma natureza.

Lançamentos:

Transferências do Fundeb Recebimento das transferências do Fundeb pelos estados, DF e municípios
Natureza da informação: patrimonial

Ativo	D 1.1.1.1.1.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional – Consolidação (F)
V.P.A	C 4.5.2.2.4.xx.xx	Transferências do Fundeb – Inter OFSS – Estado
	NR: 1.7.5.8.01.1.0	



Recebimento das transferências da União a título de complementação de recursos do Fundeb pelos estados, DF e municípios

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.1.1.1.xx.xx

Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional – Consolidação (F)

C 4.5.2.2.3.xx.xx

Transferências do Fundeb – Inter OFSS – União

NR: 1.7.1.8.09.1.0

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.1.1.x.xx.xx

Receita a Realizar

C 6.2.1.2.x.xx.xx

Receita Realizada

Natureza da informação: controle

D 7.2.1.1.x.xx.xx

Controle da Disponibilidade de Recursos

C 8.2.1.1.1.xx.xx

Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

Contabilização de Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras do Fundeb

É importante manter o devido controle sobre a remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras decorrentes de recursos recebidos do Fundeb, pois tais recursos devem ser utilizados para a mesma finalidade, observando-se o controle devido por meio do mecanismo de fonte/destinação de recursos.

Os lançamentos abaixo consideram a remuneração de depósitos bancários. No caso de aplicações financeiras, deve-se escolher a natureza de receita apropriada.

Lançamentos:

Reconhecimento da remuneração de depósitos bancários

Natureza da informação: patrimonial

AC	D 1.1.1.1.1.xx.xx	Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional – Consolidação (F)
VP*	C 4.4.5.x.x.xx.xx	Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras



Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

Natureza de Receita 1321.00.1.0 – Remuneração de Depósitos Bancários.

Reconhecimento da remuneração de depósitos bancários

Natureza da informação: controle

D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)



Questões



1. SELECON - ECSP/2019) Em 31/12/2018, um determinado município elaborou o quadro demonstrativo abaixo, referente aos recursos financeiros arrecadados durante o exercício das diversas fontes.

ISS
→ IPTU NÃO COMPOE O FUNDEB

Receitas Arrecadadas -	R\$
IPTU	20.000,00
Cota-Parte ITR	⊕ 1.000,00
Cota FPM	⊕ 20.000,00
Cota-Parte ICMS	⊕ 8.000,00
Cota-Parte IPVA	⊕ 6.000,00
ISS	4.000,00

Aluguéis/ Anendamentos	2.000,00
Dividendos	2.400,00
Alienação Bens Móveis (venda)	14.000,00
Operação de Crédito Interna	10.000,00
Dívida Ativa	4.000,00
Juros de Aplicação Financeira	1.600,00
Contribuição Previdenciária (servidores)	8.000,00

De acordo com os procedimentos aplicados às receitas arrecadadas, o município, em atendimento à legislação vigente, deveria ter contribuído ao FUNDEB, durante o exercício, com o seguinte montante:

- a) R\$ 6.800,00
- b) R\$ 7.000,00**
- c) R\$12.200,00
- d) R\$13.800,00

ESTADOS
MUNICÍPIOS

20%
1.000 + 20.000 + 8.000 + 6.000 = 35.000
× 20%
= 7.000

Gabarito: B



Receitas Arrecadadas -	R\$
IPTU - Não compõe o Fundeb	20.000,00
Cota-Parte ITR	1.000,00
Cota FPM	20.000,00
Cota-Parte ICMS	8.000,00
Cota-Parte IPVA	6.000,00
ISS - Não compõe o Fundeb	4.000,00
Aluguéis/ Anendamentos - Não compõe o Fundeb	2.000,00
Dividendos - Não compõe o Fundeb	2.400,00
Alienação Bens Móveis (venda) - Não compõe o Fundeb	14.000,00
Operação de Crédito Interna - Não compõe o Fundeb	10.000,00
Dívida Ativa - - Não compõe o Fundeb	4.000,00
Juros de Aplicação Financeira - - Não compõe o Fundeb	1.600,00
Contribuição Previdenciária (servidores) - - Não compõe o Fundeb	8.000,00

2. Instituto AOCP - Pref Cariacica/I/2019) Sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), assinale a alternativa correta.

- a) ~~É caracterizado como fundo especial de natureza contábil~~, de âmbito ~~municipal~~ ^{ESTADUAL}.
- b) ~~Tem vigência estabelecida para o período de 2008 – 2021.~~ ^{2007 - 2020 → 2021} 14.113/20
- c) ~~Destina-se à manutenção e ao desenvolvimento da saúde e educação pública e à valorização dos trabalhadores, incluindo sua condigna remuneração.~~
- d) As receitas que compõem a base de cálculo do Fundeb deverão ser registradas contabilmente pelos seus valores brutos.

2.D

3. CEV UECE - Pref Sobral/2018) Sobre a contabilização do FUNDEB, é correto afirmar que

~~a)~~ a contabilização dos impostos que compõem a base de Cálculo do FUNDEB deve ser feita pelos seus valores ~~líquidos~~, ou seja, já deduzidos os valores destinados ao referido Fundo.

~~b)~~ o recebimento de recursos do Fundo deverá ser registrado ~~orçamentária~~ e patrimonialmente como variação ativa resultante da execução orçamentária. CONT. V. P. A.

~~c)~~ do ponto de vista orçamentário, a realização da receita orçamentária do Fundo só deverá ser registrada no momento em que for, definitivamente, conhecida sua base de cálculo.

d) todos os recursos recebidos do Fundo devem ser controlados separadamente por fonte/destinação de recursos ou detalhamento da natureza de receita, de acordo com a origem dos recursos.

3. D

4. Unifil - Pref Iguaraçu/2019) No tocante aos objetivos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) não é correto afirmar que

a) busca promover a igualdade.

b) concorre para a universalização da educação básica.

c) melhora a qualidade do ensino.

d) incentiva a valorização dos profissionais da educação.

5. SELECON - Pref Cuiabá/2019) A distribuição de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB deve ser feita na proporção do número de alunos das respectivas redes de educação básica pública matriculados na forma de ensino:

a) presencial

b) semipresencial

c) a distância

d) domiciliar

6. CRESCER - Pref SD Azeitão/2018) O FUNDEB é um fundo contábil de natureza financeira, onde todos os entes da federação (União, estados, Distrito Federal e municípios) contribuem destinando parte de seus recursos para sua constituição. O seu objetivo específico é:

- a) A ampliação e o aumento da abrangência do financiamento educacional, em relação a todas as modalidades e etapas de ensino.
- ~~b) A redistribuição dos recursos destinados apenas ao Ensino Fundamental.~~
- ~~c) O financiamento apenas o ensino fundamental e o ensino médio.~~
- ~~d) O financiamento apenas do ensino fundamental, ignorando a inclusão das crianças em idade de ingresso na educação infantil.~~

A
↑